

Soledade Pires

De: Presidente [presidente@cm-marvao.pt]
Enviado: segunda-feira, 25 de Junho de 2012 12:56
Para: 'Soledade Pires'
Assunto: vedações soutoferrador e valecarvao
Anexos: souto1.JPG; souto2.JPG; souto3.JPG; souto4.JPG; souto5.JPG; souto6.JPG; souto7.JPG; vale carvao sever.dat; vale carvao sever 2.dat; vale carvao sever3.dat; Scan_Doc0007.pdf; Scan_Doc0008.pdf; membros SOS SAOMAMEDE.doc

De: Peter Eden [mailto:peter_eden@hotmail.com]
Enviada: quinta-feira, 21 de Junho de 2012 10:24
Para: presidente@cm-marvao.pt
Assunto: Fw: vedações soutoferrador e valecarvao

Não sei se o primeiro envio foi de sucesso
Peter

From: peter_eden@hotmail.com
Sent: Thursday, June 21, 2012 7:34 AM
To: presidente@cm-marvao.pt
Subject: vedações soutoferrador e valecarvao

Exmo Sr. presidente da Câmara Municipal de Marvão

Caro Eng. Vitor Frutuoso

Como tive oportunidade de referir-lhe pessoalmente, estão neste momento a ser construídas umas vedações junto a calçadas medievais, cuja altura não nos parece ser legal, além de destruírem a paisagem envolvente, o que se traduz num, enorme prejuízo para todo este concelho de Marvão, em particular para os caminhantes pedestres, que demandam este concelho como destino turístico.

As vedações estão aparentemente a ser construídas a mando de uma empresa que tem vindo nos últimos anos a construir milhares de metros de vedações em todo o concelho, sem qualquer cuidado na preservação da paisagem.

Também, parece ser claro que **"as vedações confinantes com a via pública, devem ser construídas em sebe vegetal, arame ou em muro de alvenaria ou pedra à vista, ou em alvenaria caiada ou pintada a branco, podendo ter soco ou rodapé nas cores tradicionais e com altura não superior a 1,2 metros"**.

Ora, nestes casos, parece existir uma violação clara à lei, dado que as vedações -- confinantes com a via pública -- têm visivelmente mais de 1,20 metros, afectando de forma extremamente negativa toda a paisagem envolvente.

1. VEDAÇÃO com muito mais de 1,2 metros e grandes portões em ferro galvanizado. Em Vale de Ródão, localização: calçada pública de Souto Ferrador, que liga Maceira à estrada da Beirã.

2. VEDAÇÃO com muito mais de 1.2 metros e grandes portões em ferro galvanizado. Junto a calçada medieval pública, entre Vale de Carvão e o Rio Sever. Esta calçada faz parte dos roteiros de caminhos pedestres do Parque Natural da Serra de S. Mamede, conhecido como **Circuito dos Galegos**.

Junto mapas de localização e fotografias.

Esta situação -- entre muitas outras levadas a cabo por esta mesma empresa de circuitos de bicicleta -- está a destruir a paisagem deste concelho, a afastar turistas e a frustrar dezenas de investidores estrangeiros e nacionais que aqui investiram muitos milhões de euros. Contamos que a Câmara Municipal reponha a legalidade e, sobretudo, proteja o património paisagístico de Marvão.

Gratos pela atenção

Peter Eden por SOS SAOMAMEDE
junto lista dos membros (134)

ENTRADA

N.º 07

Proc. n.º

Em 10/07/2012

O Funcionário



AUTO DE NOTICIA

DESPACHO:

Registe, atue e faça
concluso o

Sr.
que nomele escrevão.

Em / /

Aos vinte e sete dias do mês junho de dois mil e doze no local de Vale Carvão, freguesia de Santo António das Areias, Município de Marvão, onde eu, Nuno Filipe Sernache Gonçalves Lopes, na qualidade de técnico superior da Câmara Municipal de Marvão, desloquei-me em serviço de fiscalização e verifiquei pessoalmente que a empresa Recprop BK Prop Unipessoal, Lda, procedeu à execução de uma operação urbanística no prédio rústico nº 119 da Secção F da freguesia de Santo António das Areias, do qual são legítimos proprietários, sem possuir o necessário alvará de licença.

As obras executadas consistiram:

- movimento de terras para execução de fundações de portão.
- betonagem de fundações com argamassa feita no local.
- aplicação de postes do portão com uma altura superior a 1,75m.
- colocação do portão com uma altura superior a 1,75m.
- colocação de pedras de grande dimensão a impedir acesso a um caminho publico.

Os trabalhos detetados, localizam-se no interior do Parque Natural da Serra de S. Mamede.



É porque tais atos e comportamento constituem violação nº 4 do Artigo 4º do Decreto-Lei nº 555/99 de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 26/2010 de 30 de Março, a vigorar na área deste Município e constitui assim contra-ordenação prevista na alínea r) do nº I do artº 98º do mesmo diploma e punida pelo nº 2 do mesmo artigo, em conjugação com o previsto no artº 29 da Lei nº 42/98 de 06 de Agosto, assim os participo, nos termos dos artºs 33º, 48º e 54º do Decreto-Lei nº 433/82, com vista ao prosseguimento legal.

O participante



O arguido

ENTRADA

N.º.....*22*.....

Proc. n.º

Em *10/07/2012*

O Funcionário



DESPACHO:

Registe, atue e faça
concluso ☐

Sr.....
que nomeio escrivão.

Em / /

AUTO DE NOTICIA

Aos vinte e sete dias do mês junho de dois mil e doze no local de Vale Flores, freguesia de Santo António das Areias, Município de Marvão, onde eu, Nuno Filipe Sernache Gonçalves Lopes, na qualidade de técnico superior da Câmara Municipal de Marvão, desloquei-me em serviço de fiscalização e verifiquei pessoalmente que a empresa Recprop BK Prop Unipessoal, Lda, procedeu à execução de uma operação urbanística no prédio rústico nº 69 e 70 da Secção H da freguesia de Santo António das Areias, do qual são legítimos proprietários, sem possuir o necessário alvará de licença.

As obras executadas consistiram:

- movimento de terras para execução de fundações de postes de vedação.
- betonagem de fundações com argamassa feita no local.
- aplicação de postes de vedação com uma altura superior a 1,75m.
- colocação de rede de vedação com uma altura superior a 1,75m.

Os trabalhos detetados, localizam-se no interior do Parque Natural da Serra de S. Mamede, assim como no interior da Reserva Ecológica Nacional.



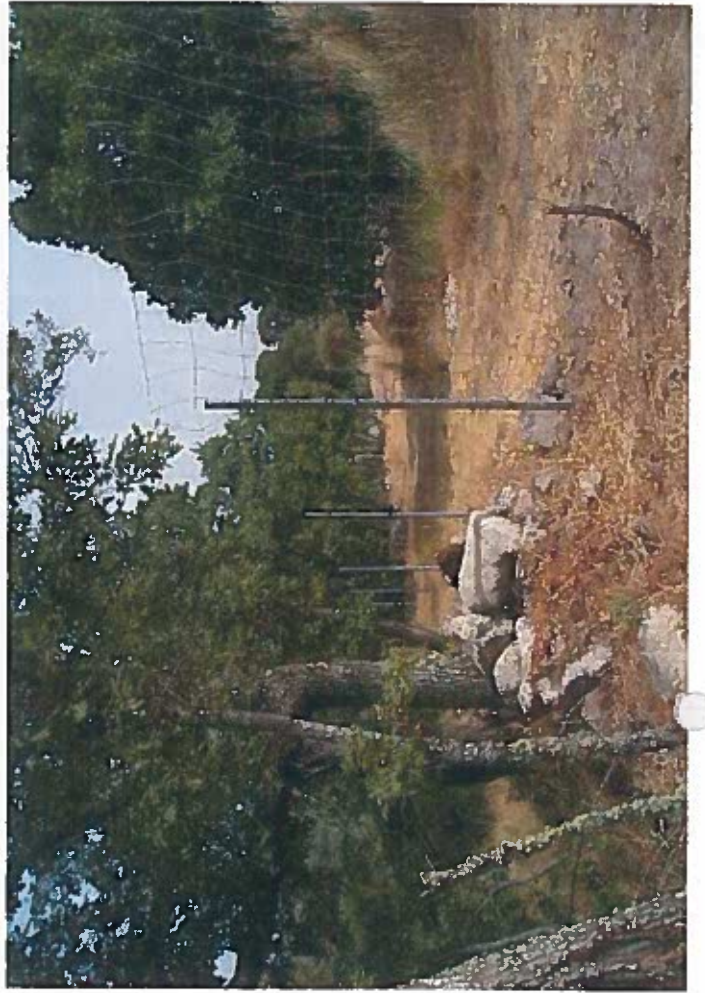
E porque tais atos e comportamento constituem violação nº 4 do Artigo 4º do Decreto-Lei nº 555/99 de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 26/2010 de 30 de Março, a vigorar na área deste Município e constitui assim contra-ordenação prevista na alínea r) do nº 1 do artº 98º do mesmo diploma e punida pelo nº 2 do mesmo artigo, em conjugação com o previsto no artº 29 da Lei nº 42/98 de 06 de Agosto, assim os participo, nos termos dos artºs 33º, 48º e 54º do Decreto-Lei nº 433/82, com vista ao prosseguimento legal.

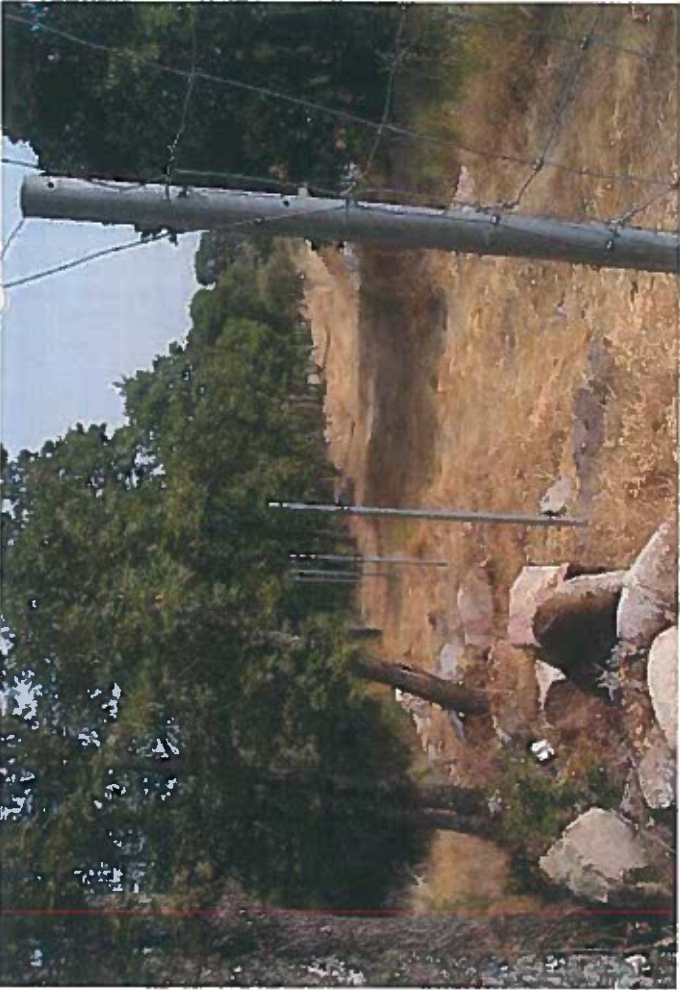
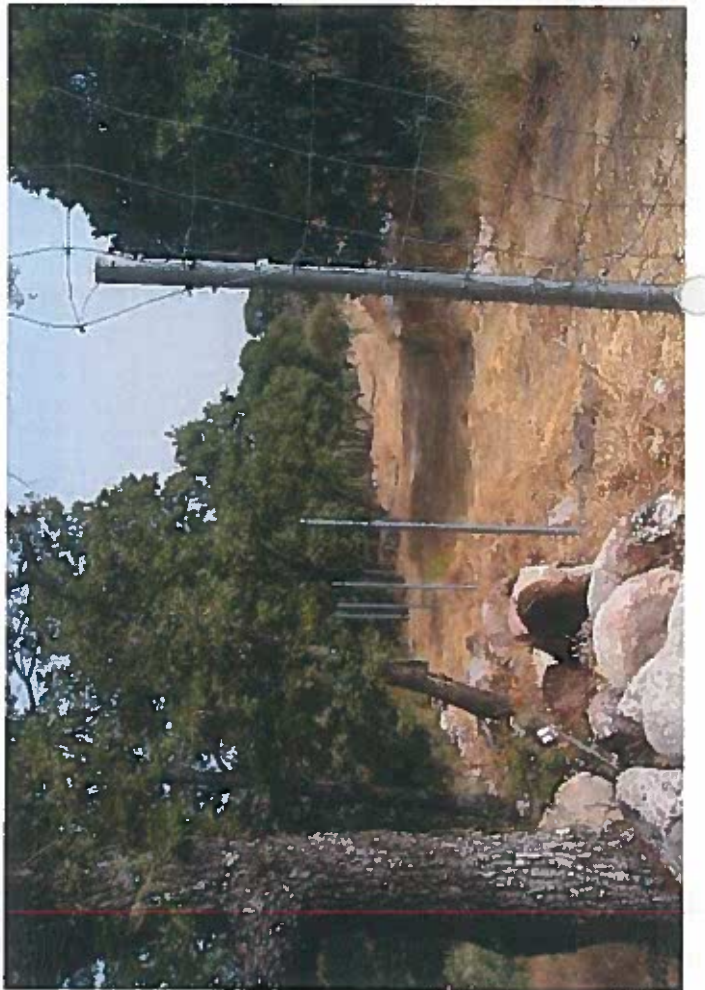
O participante

O arguido









INFORMAÇÃO

DIVISÃO DE OBRAS, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

DE: Chefe da Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida

PARA: Exmº Sr Presidente da Câmara Municipal de Marvão

ASSUNTO: Análise de informação de Peter Eden – Execução de vedações com mais de 1.20m de altura confinantes com caminho público – Vale de Ródão e Vale de Carvão

DESPACHO	INFORMAÇÃO
<p><i>Solicite-se, com urgência, esclarecimento à Dm Obras no sentido de verificar se o artº 59º.</i></p> <p><i>Informar o senhor que a Câmara poderá embargar a obra, desde que se proveja de forma definitiva ao artº 59º pelo que se faz desde já esclarecimento.</i></p>	<p>Tenho a honra de informar V. Exª que de acordo com o exposto foi um técnico ao local e o mesmo verificou de acordo com o Auto de Notícia que se anexa que os trabalhos estão a ser realizados de acordo com a denúncia do reclamante acima indicado.</p> <p>No caso do Vale de Carvão, apenas encontraram um portão já colocado, para além de vedações que já tinham sido colocadas à mais tempo.</p> <p>Relativamente à colocação de vedações verifica-se em alguns pontos que as mesmas estão dentro da propriedade ficando os muros de vedação das mesmas contíguas com os caminhos. Neste caso, como não temos um jurista para análise desta situação, proponho a V. Exª solicitar externamente um parecer de modo a saber do seu enquadramento no artº 59 do regulamento municipal da edificação e da urbanização.</p> <p>Das fotografias anexas verifica-se que o proprietário executou a colocação dos postes na sua propriedade em zona não confinante com a via pública, uma vez que o muro em pedra da propriedade é que se encontra de facto confinante. Esta questão de não ser confinante mas de ter visibilidade a partir da via pública é necessário esclarecer do ponto de vista jurídico. Importa haver uma decisão urgente uma vez que existem vestígios de continuação de trabalhos (presença de betoneira e de depósito de água).</p> <p>Como a colocação dos postes está a ser efetuada com cravagem no solo com o apoio de algumas quantidades de betão, então <u>proponho que seja efetuado o embargo da obra nos termos do nº 1 do artº 102 do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, na redação dada pelo Dec-Lei 26/2010 de 30 de março, como medida preventiva até se ter</u></p>

a apresentação dos pareceres do PNSSA e da REN. Se o requerente não for detentor dos necessários poderes embargue-se a obra (1/2) até à análise de acordo com o regulamento municipal.

uma resposta do proprietário sobre o fim a que se destina este tipo de intervenção nas suas propriedades.

Se a utilização do solo for para fins agrícolas, pecuários, florestais ou mineiros, nos termos da alínea j) do artº 2º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, não se trata de uma operação urbanística, sem prejuízo de vir a carecer da respetiva autorização do Parque Natural da Serra de S. Mamede e da Reserva Ecológica Nacional, nos locais que estiverem no seu interior.

À consideração superior.

Marvão, 27 de junho de 2012

A Chefe de Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida



(Engª Maria Soledade Almeida Pires)